

O Estado de S. Paulo e a defesa da democracia liberal (1938-1940)

Alexandre Andrade da Costa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COSTA, AA. *Caleidoscópio político: as representações do cenário internacional nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo (1938-1945)* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 371 p. ISBN 978-85-7983-113-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

1

O ESTADO DE S. PAULO E A DEFESA DA DEMOCRACIA LIBERAL (1938-1940)

Representações do político: a polarização democracia liberal versus totalitarismo

Tanto a França como a Inglaterra reconhecem estar diante de uma situação semelhante à que a Europa teve de enfrentar quando das amotinadas massas de 89 surgiu a figura de Napoleão Bonaparte.

(Julio de Mesquita Filho, "Democracia versus Totalitarismo")¹

Eu me implico solenemente com esse cumprimento coercitivo (que eu não exerci uma só vez) de um levantar de braços, dizendo Heil Hitler. Entretanto estive pensando numa coisa. Já que tanto arremedamos o estrangeiro, podíamos adotar coisa parecida no Brasil: dar uma banana e dizer: Getúlio!

Paulo Duarte em visita à Alemanha.

(Duarte, 1978, p.95)

1 Cf. "Democracia versus totalitarismo" in *O Estado de S. Paulo*, 9 abr. 1939, p.4.

*Em suma, soube o cordeiro enfrentar energicamente o lobo. E no caso – acrescentamos com o máximo prazer – o valente e honrado cordeiro é nada mais nada menos que uma democracia cem por cento.*²

O “grupo do Estado”, ao qual Armando Salles de Oliveira pertencia, pôde colocar em prática seu projeto político-cultural, manifesto na inauguração da Universidade de São Paulo, que tinha por finalidade formar as novas classes dirigentes de que o país necessitava (Cardoso, 1982).³ Além disso, com esse cargo de ampla visibilidade, pretendiam chegar à presidência da República, à qual Armando Salles de Oliveira se candidatou, em 1937, na expectativa de que nas eleições que a Constituição de 1934 estabelecera para 1938 ele se sagrasse vencedor.

As tensões, todavia, recrudesceram. A tentativa frustrada dos comunistas de tomar o poder em 1935, no episódio que, pejorativamente, ficou conhecido como *Intentona*, foi utilizada por Getúlio Vargas para mobilizar as forças conservadoras que apoiavam seu governo. Em 1937, o próprio Getúlio (1995, v.II, p.36), ao descrever os problemas no que concernia às eleições, comentou em seu diário, a 20 de abril: “há uma acentuada fase de atividade política”.

Um plano que simulava outra ação política por parte dos comunistas foi forjado pelo capitão do Exército brasileiro Olímpio Mourão Filho e,⁴ por meio dele, justificaram-se as medidas restritivas por

2 Cf. “A Suíça, sentinela dos Alpes” in *O Estado de S. Paulo*, 25 ago. 1938, p.16.

3 Ainda segundo Cardoso (1982, p.19), “na construção de Júlio de Mesquita Filho o espírito da Universidade aparece como baluarte na defesa contra o totalitarismo de direita, pois só assim contrastado pode aparecer como defensor da liberdade do pensamento e de expressão”.

4 Frank D. McCann (2007, p.525), ao estudar a participação do Exército no processo que culminou no golpe de novembro, afirmou que o capitão era “integralista desde 1932, organizador da milícia paramilitar do partido, membro da câmara dos quatrocentos e, em 1937, chefe do serviço secreto integralista. E ele também estava a serviço do setor de inteligência do Estado-Maior do Exército! O capitão redigiu o documento que se tornou o Plano Cohen como uma simulação de golpe de estado comunista para um exercício defensivo dos integralistas.

parte do governo, no meio da batalha eleitoral.⁵ Todos se voltavam para o Exército, que, desde 1889, tornou-se uma instituição cujo apoio era fundamental para o equilíbrio e a sustentação dos regimes.⁶ Ao rememorar esses dias turbulentos, Paulo Duarte (1977, v.6, p.1), integrante do grupo, assinalou:

Sempre os militares inquietando a Nação num momento em que se dava a prova mais segura e que nada perturbava a calma do País, que apenas manifestava o seu entusiasmo pelas próximas eleições. Eu continuava a ter razão na tese que Julinho contestava: a perniciosidade da política militar. [...] desde a Proclamação da República, todas as inquietações políticas e sociais tinham a sua fonte nos quartéis.⁷

Plínio Salgado rejeitou-o para uso do partido por julgá-lo fantasioso demais. Mas o chefe do Estado-Maior do Exército, Góis Monteiro, aproveitou parte desse documento como justificativa para solicitar ao Congresso que tornasse a decretar o estado de guerra”. O autor assinala, ainda, que a partir do golpe “o Exército, nas pessoas de seus altos oficiais, fundamentou para a instituição o direito de ser o moderador nacional” (ibidem, p.547).

- 5 Stanley E. Hilton (1991, p.xi) demonstrou que a ameaça comunista foi determinante para a justificativa das ditaduras implantadas no Brasil entre 1937-1964. Segundo ele, “Had it not been for the Soviet threat, in all probability there would have been no Estado Novo, the eight-year dictatorship launched in November 1937, which constituted a forerunner for the authoritarian, military government installed twenty-seven years later”.
- 6 Segundo Eli Diniz (1997, p.98, 118), os militares foram “atores fundamentais na implantação e sustentação do Estado Novo”. Para ela, o Exército seria “um importante componente de um processo de centralização política, cujas dimensões transcenderiam os limites da corporação militar. Seria mais um ator, de peso não pouco expressivo, no questionamento do regime político liberal, considerado pelas novas lideranças militares como fator básico da indisciplina e fragilidade da organização durante a República Oligárquica”.
- 7 Armando Salles de Oliveira também recorreu ao Exército. Escreveu um manifesto que “endossado pela União Democrática Brasileira era dirigido ‘aos chefes militares do Brasil’...”. Nesse documento, dizia o candidato: “Confio na palavra dos chefes militares que assumiram compromissos de honra com a nação. Ao Exército e à Marinha cumprirá montar guarda às urnas e velar por que o país obtenha nelas um governo de autoridade – de irrecusável autoridade moral, ao qual darão depois o seu firme apoio não só para a luta contra os totalitários, como para a obra de organização do Brasil. [...] A Nação está voltada para os seus chefes militares: suspensão, espera o gesto que mata ou a palavra que salva” (Duarte, 1977, v.6, p.54-6).

Vale destacar que o discurso antimilitarista não foi uma característica desse período. Sueli Robles de Queiroz, ao estudar os jacobinos no surgimento da República, citou um trecho do editorial de *O Estado de S. Paulo* de 1897 que guarda profunda semelhança com o discurso de Paulo Duarte. No texto, encontrava-se:

O espantinho do militarismo paira sobre o povo como uma densa nuvem branca. Fantasiam-se conflitos, sonha-se com rebeliões e revoltas, receia-se a timidez do governo e igualmente se receia de sua parte qualquer ato de energia! Positivamente não há razões para este estado anômalo dos espíritos, mas do mesmo modo não há razões que consigam desvanecer neles as apreensões que os preocupam constantemente. Antes de tudo, o que a República precisa é prestigiar-se, é afastar do governo do Brasil a nota de instabilidade que lhe querem atribuir, mas, por fatalidade, sempre que as coisas tomam uma direção favorável, vem um incidente de caráter militar desviar essa direção.⁸

Em 10 de novembro, Getúlio Vargas fechou a Câmara e o Senado Federal e, por meio de discurso à nação, inaugurou o Estado Novo. Para seus colaboradores, o Brasil não poderia ficar à mercê das disputas políticas mesquinhas, dos conchavos entre Estados que pretendiam a hegemonia de todo o país. Era necessário unificar novamente o Brasil. Para demonstrar isso, realizou-se uma cerimônia no Rio de Janeiro, na Praia do Russel, na qual se queimaram todas as bandeiras estaduais, em sinal do fim dos partidarismos e do surgimento de um Brasil forte e coeso.

Para os derrotados, o país caminhava para o campo totalitário, inserindo-se na órbita dos regimes de força, que não se pautavam pelos princípios que a Revolução Francesa estabelecera e tampouco pelo liberalismo, tão condenado pelos ditadores europeus. O fracasso político redundante do golpe condensou os representantes do grupo paulista na condição de opositores ao Estado Novo.

8 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 29 maio 1897, p.1 (Apud Queiroz, 1986, p.53).

Por meio das memórias deixadas por Paulo Duarte (1977, v.6, p.85) podem-se entender melhor os diversos significados e sentidos assumidos por essa oposição se traduziu e, ainda, compreender como ocorreram as cooptações de intelectuais e órgãos da imprensa que se adequaram à nova orientação política do Brasil. Segundo ele,

A vaga de adesões se engrossa com os mais expressivos nomes de defensores da dignidade de São Paulo... E o “Correio Paulistano”, com o mesmo entusiasmo patriótico com que se batia pela liberdade, bate-se agora por Getúlio... [...] publica todos os dias os telegramas enviados pelos seus correligionários ao chefe do governo fascista... (ibidem)⁹

O jornal *Correio Paulistano* era dirigido por Abner Mourão e, durante a Revolução de 1930, permaneceu fiel ao governo de Washington Luís e condenou os revoltosos que propunham a entrega do poder a Getúlio Vargas. Essa mudança de perspectiva, de opositor a colaborador com o regime nascente, teve consequências funestas para o jornal *O Estado de S. Paulo*, pois, em 1940, Abner Mourão foi designado para assumir o cargo de diretor do jornal ocupado. E vale lembrar que, em 1930, o *Estado* bateu-se pela Revolução

9 Entre os intelectuais que aderiram estava Menotti del Picchia, severamente criticado por Duarte. Segundo o ex-deputado paulista: “Para muitos se constituiu surpresa a adesão de Menotti del Picchia dada através de um artigo no *Diário de S. Paulo* (jornal de Chateaubriand), no dia 1^a de dezembro, escrito com a tinta do conformismo. Uso raramente um palavrão, mas casos há em que só a coprolalia ou a coprografia pode exprimir-se com bastante precisão. E aí está um caso típico. O Menotti não é conformista por necessidade imposta pela miséria ou pela desgraça. É por temperamento. E ei-lo, engavetando a volúpia com que cortejava o Armando, para vestir a túnica encardida da subserviência sem convicção. Diz ele que o Estado Novo fez o milagre de instituir tudo quanto a sua famosa ‘Bandeira’ preconizava. E vai por aí naquele tom que a gente não sabe se compromete mais o bajulador ou o bajulado. Eu tinha razão por não acreditar nessa ‘Bandeira’. Certamente fará carreira. Muitos ficaram surpreendidos. Eu me surpreenderia se se desse o contrário. E até ele demorou muito para retratar-se outra vez...O seu manifesto até pelo título se revelava: ‘Brasil Novo’...” (Duarte, 1977, p.86).

(Sodré, 1999, p.371). Outro aspecto dessa complexidade é a que se evidenciou do suporte, ainda que, em alguns casos, involuntário, recebido pelo governo dos partidos paulistas. Segundo Plínio de Abreu Ramos (1980, p.208),

todos os partidos foram cúmplices do golpe de 10 de novembro: o PRP, porque apoiou a ditadura em troca da interventoria paulista, do Ministério da Agricultura e do Departamento Nacional do Café; o Partido Democrático, pelo fato de ter condicionado seu apoio ao regime discricionário de Vargas, em sua primeira fase, à indicação do professor Morato para os Campos Elíseos; o Partido Constitucionalista, pelas iniciativas que tomou, de elaborar, defender e justificar todos os atos de exceção que atormentaram a nação nos anos de 1935 e 1936, preparatórios de triunfo do Estado Novo.

Com a instauração de um regime de exceção não tardaram as retaliações ao jornal que Julio de Mesquita Filho dirigia desde a morte do pai, em 1927. Paulo Duarte (1977, v.6, p.100) citou o caso de Vivaldo Coaraci que pode ser interpretado como pródrômo da ofensiva sofrida por elementos liberais no governo de exceção: “No dia seguinte, porém, veio um censor à redação do jornal para proibir definitivamente a colaboração de Vivaldo Coaraci... A violência e a estupidez dos caudilhos começa a entrar em casa...”.

Aqueles que, todavia, tiveram a trajetória política interrompida pelo golpe não permaneceram calados nem tampouco desarticulados. O grupo coordenava ações contra o governo recém-instituído, tanto na legalidade quanto na clandestinidade. Uma dessas atividades era a publicação de um jornal de resistência intitulado “Brasil”, de responsabilidade de Paulo Duarte e Julio de Mesquita Filho. Segundo o ex-deputado paulista,

Nesse mês de janeiro aparecia por toda parte, principalmente em São Paulo, em Minas e no Rio, um pequeno jornal de oito páginas, muito bem impresso, ilustrado de fotografias e caricaturas, com o título de “Brasil”. [...] “Brasil” era feito por Julio de Mesquita

Filho e Paulo Duarte, auxiliados por um grupo de pessoas seguras encarregadas da sua distribuição... (ibidem, p.120-1)

A luta contra o governo prosseguiu em diversas frentes. Mesmo fora da disputa pelo poder, Armando Salles de Oliveira continuou seu trabalho político e confabulava com personalidades contrárias ao governo cada vez mais autoritário de Getulio Vargas. Paulo Duarte (1977, p.285) afirmou que ele, mesmo quando os incômodos da polícia tornaram-se frequentes, se encontrava diariamente com o ex-candidato a presidente. Nas suas palavras, Armando estava

disposto a trabalhar duro contra a ditadura, seja em que condições for. E ele, a não ser caso fortuito, acabará mesmo dirigindo o Brasil. Para isso, está constituindo equipes. Todos os problemas nacionais, ou grande número deles, já começaram a ser estudados, sob a direção de pessoa altamente competente, como os problemas econômicos estão com o Clóvis Ribeiro. Acaba ele de me designar para os problemas culturais. O Instituto Nacional de Cultura acha-se cada vez mais a caminho. Já convoquei, pedindo estudos e artigos, diversas pessoas. Almeida Júnior, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Julinho e Chiquinho Mesquita, Henrique da Rocha Lima, Dreyfus, o grupo do Departamento de Cultura, o grupo de professores estrangeiros, Lauro Travassos, Álvaro Miguel Osório de Almeida e outros; a todos já escrevi pedindo determinados estudos e pesquisas, sob o pretexto de um inquérito sobre sistemas educativos e culturais, para o “Estado”. Se a oportunidade vier logo, estaremos preparados.

Nas memórias de Paulo Duarte (1977, v.6, p.169) a situação brasileira foi articulada aos acontecimentos que marcaram o cenário político internacional na década de 1930. Não hesita em caracterizar o ambiente local como nojento. Veja-se, a título de exemplo, sua análise sobre a União Soviética de Josef Stalin:

É realmente uma coisa horrorosa o que se passa na Rússia atualmente. Stalin liquida os últimos construtores do regime comunista.

Agora, Vichinsky, Procurador da Justiça, manda para o fuzilamento as figuras de Rykov, Bukharine, Krestin, Rakovsky, Yagoda e outros. As acusações são todas mentirosas e Vichinsky sorri sinistramente quando os acusados, certamente dopados, se comprometem nos seus depoimentos. O governo fascista de Vargas convidou o democrata Osvaldo Aranha para seu ministro do exterior e o democrata Osvaldo Aranha aceitou...

Após inúmeras prisões, Paulo Duarte (1977, p.119) foi para o exílio, juntamente com Julio de Mesquita Filho. Dos amigos recebia correspondência, narrando a situação brasileira, como a enviada por Sérgio Milliet, que se referiu à desordem que reinava no *Estado* que “tem diretores demais e nenhum chefe. Todos mandam e ninguém manda e o que manda menos ainda é o redator-chefe do jornal, o Léo”.

A situação motivou missiva de Julio de Mesquita Filho ao irmão, Francisco Mesquita, na qual demonstrava preocupação com os rumos que o matutino tomava:

Chiquinho. Há tempos estava para escrever para você e ao Charlot, a respeito do *Estado*. Não o fiz, entretanto, devido à minha situação de exilado e por não querer dar a impressão de que mesmo de longe pretendia fazer valer os meus pontos de vista. Pensando melhor, porém, resolvi passar por cima dos escrúpulos, para expor algumas falhas que me parecem demasiadas. [...] A colaboração do *Estado* andava ultimamente elevada demais, não há dúvida. Isso não quer dizer, entretanto, que a rebaixemos às condições do *Diário de S. Paulo* ou *Folha da Manhã*. Não vai nisso nenhuma censura ao nosso Léo, ao qual você de maneira nenhuma deve mostrar essa carta. Mas ele é por natureza cético e incapaz de esforço e incômodos a que não pode fugir o diretor que queira manter as posições de elevação e cultura do *Estado*. (ibidem, p.120-1)

A carta mostra que, mesmo exilado, Julio de Mesquita Filho preocupava-se com as diretrizes do seu jornal. Os problemas decor-

rentes da censura e da desorganização transparecem em outra carta que enviou à esposa, Marina Mesquita, na qual comentava:

Antes de terminar: a rotogravura do *Estado* publicou um quadro do Teodoro Braga, indivíduo sem valor algum e nosso ferrenho inimigo, pois foi um dos signatários da petição inicial do processo-crime que o Lopes Leão e outros moveram contra mim. Não é a primeira vez que vejo coisas dessa no *Estado*. É triste para mim e desmoralizante para o jornal. Então, quem está a frente da redação não sabe quais são os nossos inimigos e quais os amigos?¹⁰

No entendimento de Julio de Mesquita Filho, assim como no de Paulo Duarte, o Exército desempenhava um papel deletério na política brasileira. De acordo com o primeiro,

se o Exército quisesse compreender o seu verdadeiro papel e o significado profundo do momento histórico em que vivemos, o Brasil poderia estar hoje transformado numa das maiores forças morais da humanidade, com certeza na única potência de primeira ordem da América Latina. Bastar-lhe-ia obrigar a nossa permanência dentro da política que nos estão a ditar todas as nossas tradições históricas e a execução não só das diretrizes diplomáticas que nos legou o barão do Rio Branco de íntima colaboração com os Estados Unidos, como das que, mais tarde um pouco, foram tão admiravelmente traçadas por Rui Barbosa na sua magistral conferência pronunciada na Faculdade de Direito de Buenos Aires, diretrizes que determinam a nossa entrada na guerra de 1914-1918 ao lado das democracias.¹¹

Julio de Mesquita Filho fez do exílio uma oportunidade de continuar a sua luta política. Ele considerava-se “em campanha e na obrigação de trabalhar sem descanso pela causa”.¹² Encontros com

10 Carta a Marina Mesquita, Buenos Aires, 5 dez. 1939 (in Mesquita Filho, 2006, p.128).

11 Cf. Carta a Marina Mesquita, 14 fev. 1940 (in Mesquita Filho, 2006, p.139).

12 Cf. Carta a Marina Mesquita, 2 jun 1939 (in Mesquita Filho, 2006, p.112).

personalidades influentes de Washington, palestras em Universidades, artigos na imprensa mundial foram as armas que ele utilizou em sua “missão política”.

No Brasil, os responsáveis pelo jornal levavam a cabo a mesma luta contra o regime de novembro. Ela também se expressou por meio de quadros que, inseridos diariamente e em flagrante destaque, discorriam sobre os acontecimentos do campo político internacional e alertavam os leitores para os males dos totalitarismos, de direita e de esquerda. Desde abril de 1938, data em que o primeiro foi publicado, os comentários colocaram-se abertamente a favor dos regimes democráticos num contexto em que a polarização entre democracia e totalitarismo era candente.

A polarização foi um tema recorrente nas páginas do matutino. Para os colaboradores, essa tensão tornou-se o mote para explicar as constantes mudanças e rearranjos do cenário internacional. O jornal defendera, desde a sua fundação em 1875, uma democracia ancorada nos ideais liberais.¹³ Todavia, em 1938, ano em que se iniciou a publicação dos comentários, o liberalismo político era um regime sob forte contestação.¹⁴

Na Europa da década de 1920, assistiu-se ao fortalecimento dos regimes autoritários e, na seguinte, raros eram os países que professavam o liberalismo. De acordo com François Furet (1995, p.16), “não existe antes do século XX governo ou regime ideológico. [...] Hitler, por um lado, e Lênin, por outro lado, fundaram regimes desconhecidos antes deles”. Raymond Aron (1966, p.296), por sua vez, escreveu que,

13 Não se pode esquecer, porém, de que esse liberalismo defendido pelos responsáveis pela publicação era, no entender de Maria Helena Capelato (1989, p.24), autoritário. Segundo a autora, “o liberalismo é ao mesmo tempo democrático e autoritário”.

14 Segundo Ernst Nolte (1971, p.94), os ataques do fascismo ao liberalismo e à democracia de partidos teve início bem antes dessa data. Já em 1922, segundo o autor alemão, “*Mussolini hablaba con menosprecio em un artículo del ‘cadáver más o menos putrefacto de la diosa Libertad’*, por encima del cual el fascismo volvería a pasar si fuera necesario”.

Os regimes não se tornaram totalitários por uma espécie de treino progressivo, mas, sim, a partir de uma intenção original: a vontade de transformar fundamentalmente a ordem existente em função de uma ideologia. Os traços comuns aos partidos revolucionários que chegaram ao totalitarismo são a amplitude das ambições, o radicalismo das atitudes e o extremismo dos meios.¹⁵

A crítica dos fascismos aos regimes liberal-democratas incidia, especialmente, sobre o sistema de partidos¹⁶ e a ideia de liberdade manifesta nestas sociedades. Segundo Karl Dietrich Bracher (1989, p.120),

Comparado con ideologias estatísticas y socialistas más coherentemente autosuficientes, el liberalismo demostraba menor rigidez ideológica y mayor tolerância frente a otras corrientes. Esto concordaba,

15 Para Friedrich & Brzezinski (1965, p.18) há, necessariamente, seis características que classificam um regime como totalitário: “A ‘síndrome’ ou padrão de aspectos inter-relacionados, da ditadura totalitária, consiste em uma ideologia, um partido único tipicamente dirigido por um só homem, uma polícia terrorista, um monopólio de comunicações, um monopólio de armamentos e uma economia centralizada”.

16 Segundo Hannah Arendt (2004, p.358-9), “os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas – e não as classes, como o faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos como o fazem os partidos dos países anglo-saxões. Todos os grupos políticos dependem da força numérica, mas não na escala dos movimentos totalitários, que dependem da força bruta, a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena, mesmo que em outras condições lhe sejam favoráveis. Depois da Primeira Guerra Mundial, uma onda antidemocrática e pró-ditatorial de movimentos totalitários e semitotalitários varreu a Europa: da Itália disseminaram-se movimentos fascistas para quase todos os países da Europa central e oriental (os tchecos – mas não os eslovacos – foram uma das raras exceções); [...] Ditaduras não totalitárias semelhantes surgiram, antes da Segunda Guerra Mundial, na Romênia, na Polônia, nos Estados Bálticos (Lituânia e Letônia), na Hungria, em Portugal e, mais tarde, na Espanha”.

por supuesto, con su nombre y autoimagem, perto también lo hacía parecer inconsecuente y dispuesto a compromisos, oportunista y falto de principios. Su teoría económica perdió, además, mucho de su validez con la economía de guerra y las crisis de la posguerra.

Entre eles estavam a França e a Inglaterra, reconhecidas pelos articulistas como lídimos baluartes da democracia. No campo oposto, a Alemanha e a União Soviética, seguidas da Itália, apareciam como os representantes do totalitarismo. Karl Dietrich Bracher (1989, p.73-4), ao estudar as ideologias que dominaram o campo político no século XX, assinalou que:

Las religiones políticas del autoritarismo y totalitarismo fueron sobre todo y sin excepción antiliberales; estaban dirigidas contra el individuo y su razonamiento. Los desafíos al liberalismo político y las declaraciones de que estaba muerto habían sido frecuentes aún en la época en que floreció plenamente en las esferas culturales y económicas en el transcurso de un siglo a outro.

No caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, o posicionamento ao lado dos países que compunham o campo democrático, além de se coadunar com uma postura histórica assumida pelo matutino, simbolizava também a radical discordância com os dirigentes da política brasileira.

Em relação à dicotomia existente entre essas duas concepções de mundo, o matutino não titubeava e se postava ao lado dos países que lutavam contra os totalitários. Analisado à luz dos acontecimentos políticos internos, esse posicionamento ganhava ainda mais relevância, uma vez que o regime inaugurado a dez de novembro por Getúlio Vargas não se pautava por esses ideais.

Em novembro de 1938, outro acontecimento colocou em opostos os jornalistas de *O Estado de S. Paulo* e o governo varguista: o segundo exílio de Julio de Mesquita Filho. O proprietário do periódico, que deixou o país em 1932, em razão de sua participação na Revolução Constitucionalista, enfrentava novamente o degredo.

Ele partiu para Paris, juntamente com outros amigos,¹⁷ de onde enviava artigos para o jornal, que versavam sobre os problemas europeus, e cartas para a família, especialmente para sua esposa, Marina. Nelas, o jornalista revelava apreensão com os rumos que o regime estadonovista tomava e, especialmente, mostrava que a sua permanência no exterior tinha a finalidade de tentar minar a imagem do governo brasileiro no exterior.

Na sua estada nos Estados Unidos, Julio de Mesquita Filho reuniu-se com diversos representantes do governo norte-americano e com personalidades que compunham o campo intelectual daquele país no intuito de apresentar um contradiscurso elaborado pelo chanceler Oswaldo Aranha sobre o Brasil de Getulio Vargas e denunciar a proximidade do Estado Novo com os regimes que compunham o campo totalitário.

Numa das cartas enviadas daquele país à sua esposa, Julio de Mesquita explicava como transcorria a sua autointitulada “missão política”:

Estou convencido de que me saí muito bem e que abri brechas comparáveis ao prestígio do Osvaldo, que é (era) incredivelmente grande, aqui. [...] Sem gabolices idiotas, posso afirmar que destruí muito do que ele conseguiu, o que não era difícil, dado o incalculável fundo de honestidade de que é dotado este excelente povo.¹⁸

17 O jornal publicou, em editorial, no dia 1º de novembro de 1938, a seguinte notícia: “Seguem amanhã para Santos, onde embarcarão no vapor ‘Lipari’ com destino ao Havre, os srs. drs. Armando de Salles Oliveira, ex-governador do Estado, e Júlio de Mesquita Filho, diretor do ‘Estado de S. Paulo’. Tencionam fixar residência em Paris. Este seria o primeiro êxodo do grupo em torno do jornal”. No dia 22 de novembro de 1938, em outro editorial, afirmava-se: “Segue hoje para a Europa, a bordo do vapor ‘Monte Pascoal’, o dr. Paulo Duarte, nosso antigo e apreciado colaborador e ex-deputado da extinta Assembleia Legislativa do Estado”. Assinale-se que o jornalista conheceu o exílio logo após a Revolução Constitucionalista, entre outubro de 1932 e novembro de 1933.

18 Carta a Marina, Washington, 26 de maio de 1939 (in Mesquita Filho, 2006, p.105).

O dono do periódico visitou, ainda, Universidades e políticos em nome da “causa” que defendia. Ao analisar o material publicado no jornal, não se pode abstrair esse contexto, que por certo estava no horizonte dos colaboradores e responsáveis pela publicação. Dessa forma, a luta desdobrava-se em duas frentes: uma no exterior, com a campanha que Julio de Mesquita Filho desenvolvia nos Estados Unidos, na qual tentava chamar a atenção para o que julgava como incoerências e equívocos cometidos pelo governo de Roosevelt, que apoiava Vargas, e a outra por meio do próprio jornal, que, num contexto de restrição à liberdade de expressão, tentava, dentro dos limites possíveis, apresentar ao leitor uma visão crítica da política externa e interna.

O governo centralizador do Estado Novo, todavia, não poderia prescindir de um órgão que controlasse não somente a imprensa, mas que coordenasse todas as atividades culturais e de celebração do regime. Esse órgão, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundado em dezembro de 1939, era, na verdade, o resultado de vários outros do mesmo gênero existentes desde o início da década de 1930.¹⁹ Segundo Maria Helena Rolim Capelato (1998a, p.70), “o DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime; em atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira”.²⁰

Nesse sentido, havia interesses sobrepostos que se relacionavam e interferiam diretamente no processo de escritura dos textos publicados: a censura, o exílio do proprietário do periódico e a conjuntura

19 Segundo Lucia Lippi Oliveira, sabemos que o governo Vargas implementou uma política de propaganda ao criar, em 1931, o Departamento Oficial de Propaganda; em 1934, o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural; e, por fim, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (cf. Bomeny, 2001, p.37).

20 Sobre a evolução do DIP, afirma Silvana Goulart (1990, p.13) que “o DIP foi, portanto, o resultado dessa tendência progressiva à qual correspondia a ascensão do autoritarismo e da centralização de poderes pelo Estado”.

internacional descrita a partir da situação do campo político interno. Os textos apresentaram ao leitor um mundo dividido entre duas ideologias radicalmente distintas: a totalitária e a democrática. No primeiro caso, os responsáveis pela publicação ensinavam a sua origem e evolução ao longo do tempo. No dia 9 de julho de 1940, lia-se que:

Pode-se afirmar, sem receio de contestação, que o totalitarismo teve a sua origem remota na *Action Française*, onde pontificavam com brilho inexcedível Charles Maurras e Leon Daudet, que, por artificiosas abstrações, conciliaram o absolutismo monárquico com as doutrinas revolucionárias de P. J. Proudhon.²¹

Em 18 de dezembro acrescentaram, como precursoras desse regime político, as obras dos autores considerados por eles como os “metafísicos da violência”: “Maritain, Barres, Maurras, Daudet, da extrema direita; e Sorel e Valois, da extrema esquerda...”.²² No segundo caso, os textos ressaltavam a superioridade da democracia, na grande maioria das vezes, comparando-a ao regime totalitário. Assim, no dia 11 de outubro de 1938, o comentário traçava o seguinte paralelo:

Na política há uma luta dentro de outra. Por um lado as democracias opõem-se aos totalitários, fascistas, nazistas ou comunistas, e procuram defender a liberdade individual, a liberdade de expressão,

21 Cf. “Política francesa” in *O Estado de S. Paulo*, 9 jul. 1940, p.14. É interessante citar que, no livro *Three Faces of Fascism*, Ernst Nolte (1966) inicia o estudo dos fascismos justamente pela *Action Française*.

22 Cf. “França e Romênia” in *O Estado de S. Paulo*, 18 dez. 1940, p.14. Entre os “metafísicos da violência” estava ainda o escritor Oswald Spengler, autor do livro *A decadência do Ocidente*. Vale destacar que, para Hannah Arendt (2004, p. 522), “as *Weltanschauungen* e ideologias do século XIX não constituem por si mesmas o totalitarismo. Embora o racismo e o comunismo tenham se tornado as ideologias decisivas do século XX, não eram, em princípio, ‘mais totalitárias’ do que outras; isso aconteceu porque os elementos da experiência nos quais originalmente se baseavam – a luta entre as raças pelo domínio do mundo e a luta entre as classes pelo poder político nos respectivos países – vieram a ser politicamente mais importantes que os das outras ideologias”.

a liberdade de ação, contra a arregimentação, a propaganda dirigida e o passo de ganso.²³

Em outra oportunidade, a diferente concepção de liberdade peculiar a cada regime foi tema de análise de um dos colaboradores, segundo o qual:

as democracias proclamam que seu ideal político se confunde com o da liberdade. E, entretanto, ei-las obrigadas a adotar uma linguagem de combate. A verdadeira liberdade só será possível num mundo onde o valor do indivíduo e a sua dignidade não sejam postos em jogo. [...] Os fascismos também estão convencidos de que defendem a liberdade. Não precisamente a do indivíduo, mas a da nação. [...] Fala-se, então, de “governo de massas” e de “ditadura do proletariado”. Haverá em tudo isso alguma liberdade? Todos dizem que a sua hora soará mais tarde. Dizem: “Sejamos primeiro escravos, pra depois conquistarmos a liberdade”. A expectativa da escravidão, tanto da direita como da esquerda, constitui a primeira fase de um plano que está correndo o risco de não ser realmente quinquenal. O ideal oferecido às gerações atuais é a servidão, não importa a que. [...] Afinal de contas, cada povo sofre o gênero de escravidão que merece.²⁴

Os paralelos traçados pelos responsáveis também tratavam das várias formas de se obter unanimidade nos distintos regimes. Na concepção deles, por exemplo,

quando Hitler fala, ninguém pesa em dizer: “palavras da Alemanha”. Quando fala Daladier, trata-se não somente de “palavras de França”, mas de “palavras da França”. Entretanto a aparente unanimidade está ao lado das ditaduras e a divisão do lado das democracias. [...] A unanimidade mecânica e artificial das ditaduras não consegue absolutamente fazer com que a voz de Hitler seja a voz da Alemanha; e as dis-

23 Cf. “As forças em luta” in *O Estado de S. Paulo*, 11 out. 1938, p.18.

24 Cf. “As democracias e a liberdade” in *O Estado de S. Paulo*, 17 jul. 1938, p.10.

cussões espontâneas e higiênicas, das democracias, não impedem que quando fala Daladier tenha ele a França inteira atrás de si. Grandeza e fraqueza das democracias! Grandeza e fraqueza das ditaduras!²⁵

Outro elemento presente nos comentários era o maniqueísmo, a separação entre as forças do campo democrático, que se retratava como sendo as do bem e as do campo totalitário, consideradas as do mal. O artigo intitulado “O isolamento da Alemanha e da Itália” apresentava tal dicotomia:

se a Alemanha, ou melhor, se Hitler malograr no seu intuito de reincorporar Dantzig à Alemanha, ao seu modo, nas condições impostas por ele e no momento que escolher, é difícil ver como poderá manter o seu prestígio antes as turbas alemãs e a fé em sua pessoa, como salvador da Alemanha. [...] Se assim for, as forças do bem talvez consigam deter os agressores sem guerra e num ambiente de paz, embora armada, possam resolver-se os problemas básicos de que decorre o mal-estar que se traduz em armamentismo e belicosidade.²⁶

Em 1938, o cenário internacional dividia-se entre a Alemanha, que a partir de 1936 iniciara um processo de reconquista das posições perdidas em consequência da derrota na Primeira Guerra e do Tratado de Versalhes, a Itália, que em 1935 invadiu a Abssínia, na tentativa de recriar um Império, a Rússia, que, distante do palco em que as tensões sentiam-se com mais gravidade, observava atenta às movimentações das outras nações, e as potências que compunham o campo democrático, França e Inglaterra, que lutavam pela manutenção do *status quo*.²⁷

25 Cf. “A verdadeira e a falsa unanimidade” in *O Estado de S. Paulo*, 14 maio 1939, p.32.

26 Cf. “O isolamento da Alemanha e da Itália” in *O Estado de S. Paulo*, 14 maio 1939, p.32.

27 Não se pode olvidar que também durante esse período ocorreu a Guerra Civil Espanhola, conflito que pode se denominar de síntese e prelúdio de tudo o que aconteceu posteriormente no continente europeu.

A partir da interpretação dos acontecimentos que se desenrolavam na esfera externa, os responsáveis pela publicação criaram, para cada uma dessas potências, às quais têm-se de acrescentar os Estados Unidos e o Japão, imagens que se fortaleceram ao longo do tempo. Nesse longo processo de formação de opinião, diversos elementos se combinavam das mais variadas maneiras para compor o quadro que desejavam expor. Entre esses elementos destacaram-se os paralelos com a guerra anterior, a história e os grandes heróis do passado, tais como Napoleão e Alexandre Magno, por exemplo.

Antes do início da guerra, os artigos destacaram a política de apaziguamento franco-britânica e as exigências e métodos alemães como os principais problemas do campo internacional. No primeiro caso, os colaboradores faziam severas críticas aos governantes desses países advertindo-os do perigo a que se expunham e propunham, como solução, a ação. Durante a crise tchecoslovaca, entre maio e setembro de 1938, se lia que: “As democracias, diante do caso da Tchecoslováquia, ainda não de reconhecer que atualmente, para evitar a guerra, a melhor maneira é aceitar-lhe a ideia”.²⁸

Meses depois, ainda sob a tensão de uma guerra, os articulistas sintetizavam: “os adversários da Alemanha na Europa têm apenas uma alternativa: aceitar a guerra, pondo de lado a ideia de paz, ou desistir da paz de 1918 sem combate”.²⁹ Ao mesmo tempo que criticavam a morosidade da política franco-britânica, os responsáveis pela publicação contribuíam para a imagem da Alemanha que lentamente se formava. Nesse período, ela poderia ser sumarizada pelo comentário publicado no dia 9 de setembro, no qual se lia que:

com os canhões verbais assestados contra a democracia, o comércio livre, a liberdade individual e o cristianismo, com os canhões de verdade apontados contra a Tchecoslováquia e com as costas para o resto do mundo, a demonstração da grande Alemanha ou é uma

28 Cf. “A Europa escapa novamente à guerra” in *O Estado de S. Paulo*, 29 maio 1938, p.32.

29 Cf. “Revolta ou plebiscito” in *O Estado de S. Paulo*, 16 set. 1938, p.14.

demonstração de força ou um “bluff”. Ambos, casos perigosos para a humanidade.³⁰

Um outro perigo, na concepção dos jornalistas, consubstanciou-se na união da Alemanha e da Itália quando da formação do eixo. Para eles,

a nova aliança político-militar da Itália e da Alemanha torna-se o “alerta” final e decisivo. [...] Terão as chancelarias das democracias e dos povos livres que adotar a astúcia da serpente e a incredulidade do perfeito cético que nada acredita? Não existirá mais sinceridade internacional e a palavra dada não terá mais valor ou lugar nas relações entre os povos? Teremos que presumir que tudo quanto dizem é pura falta de verdade para não dizer o que realmente é? [...] Agora, porém, não deve haver dúvida quanto às relações ítalo-germânicas e sobre esse ponto se pode encerrar um capítulo. [...] Não que se preveja nada de imediato. Mas amanhã, daqui a um ano, ou dez anos, o “eixo”, que agora tomou corpo, constitui uma ameaça à humanidade.³¹

Os responsáveis pela publicação sempre foram inequivocamente contrários à Alemanha e o que ela representava. Assim, quaisquer atos, discursos e características provenientes daquele povo ou cultura serviam como suporte para novas e duras críticas. No dia 30 de agosto de 1938, o texto não assinado assim se referia a uma nova iniciativa germânica:

Tudo se aprende, até a arte de ser “Führer”. Deu-nos o nosso tempo uma prova cabal da grandeza e da miséria da educação. [...] Como quer que seja, os regimes totalitários, preocupados com as contingências do momento, vão tratando de amoldar ao seu feito ao menos as gerações presentes. Não basta porém modelar o conjunto, é também necessário modelar modeladores – daí a escola de Führers.

30 Cf. “Bluff ou...?” in *O Estado de S. Paulo*, 9 set. 1938, p.14.

31 Cf. “Sriedade internacional” in *O Estado de S. Paulo*, 9 maio 1939, p.16.

[...] O regime nacional-socialista fundou “Escolas de Führers” em Croessia (Pomerânia), Vojelsang (Eifel), Southaven (Baviera) e Marienburgo (Prússia Oriental). Um dia, na intimidade, mostrou o chanceler do Reich receios de ver-se a braços coma falta de chefes moços e dignos de confiança. Evocando então Rosemberg, que é de origem báltica, os Cavaleiros da Ordem Teutônica, antigos conquistadores, colonizadores e cristianizadores da Prússia Oriental, o dr. Ley, inspirando-se nas sugestões de Rosemberg, prontificou-se a satisfazer o desejo do chanceler. [...] Organizaram-se, pois, na Alemanha, as “Escolas Adolf Hitler”, estabelecimentos de ensino secundário destinados expressamente a formar os melhores alunos exclusivamente “para servirem ao regime”. [...] Escolhidos para constituírem a casta dominante, recebem os alunos desses centros a denominação de “Junker”. Contudo, não pode deixar de assustar uma instituição por assim dizer, religiosa que, se não formar santos, há de forçosamente formar monstros. Exaltando a ação, mas fomentando ódios, sacrificando inteiramente o indivíduo, entre os homens o imprescindível dever de caridade. [...] despem já as “Escolas de Führer” toda grandeza e nobreza, assumindo o aspecto de usinas de narcóticos, venenos e explosivos, povoadas e dirigidas por doidos varridos.³²

A necessidade da escola para guias do povo alemão prendia-se ao fato de se considerar fundamental não apenas modelar o povo, mas também quem o controlava. Erguidas sob o manto da tradição, as Escolas Adolf Hitler tinham por finalidade formar os novos líderes do regime, que para seus ideólogos deveria durar mil anos. Entretanto, a intenção é criticada e ridicularizada e o artigo termina com epítetos nada cordiais aos resultados dessa experiência.

Após a marcha alemã sobre Praga, em 15 de março de 1939, os textos enalteceram o “despertar” das potências que compunham o campo democrático. Medidas tomadas por seus dirigentes como a lei de plenos poderes, que concedia a Daladier o direito de governar sozinho durante o ano de 1939, e a garantia que Neville Chamberlain

32 Cf. “Uma escola de Führers” in *O Estado de S. Paulo*, 30 ago. 1938, p.16.

deu à Polônia foram interpretadas como sinais de vitalidade e força democráticos.

Nessa conjuntura, a União Soviética despontou como uma importante aliada no que concernia às pretensões alemãs e franco-britânicas no continente. Contudo, em ambos os casos, cogitar o apoio russo era em si uma situação ideologicamente paradoxal. A Alemanha fora, desde o advento do nacional-socialismo, a maior adversária do regime inaugurado pela Revolução de 1917, criando, até mesmo, o Pacto Anti-Komintern, no intuito de conter o avanço do comunismo no Velho Mundo. Além disso, um dos pilares da ideologia nazista era o anticomunismo. Já a França e a Inglaterra eram radicalmente contrárias à política stalinista, uma vez que ela também era totalitária. Além disso, os dois países possuíam setores ultraconservadores que preferiam o nazismo ao comunismo.³³

Assim, se o preço da paz, em 1938, foi o desmembramento da Tchecoslováquia, consubstanciada na Conferência de Munique, no ano seguinte era a aliança com a potência que simbolizava tudo aquilo que os proprietários do jornal e os conservadores europeus abominavam. No dia 15 de junho, o comentário fez a seguinte interpretação desses fatos:

o interesse material das democracias seria constituir uma aliança tão poderosa quanto possível contra as pretensões dos Estados totalitários, mas o seu interesse moral lhes impõe seleção na escolha dos seus aliados. [...] O sr. Bonnet, na França, e o sr. Chamberlain, na Inglaterra, passam com ou sem razão como os representantes dessa burguesia conservadora que não pode admitir a ideia de uma aliança com o país de Stalin e com os assassinos do czar Nicolau. “Paris vale bem uma missa”, dizia Henrique V. John Dull indaga com perplexidade se Moscou vale uma genuflexão ante o ícone de Lênin e Marx. Uma genuflexão não compromete muito, dir-se-á. Quem

33 François Furet (1995, p.11) escreveu, acerca dos acontecimentos políticos desse período, que a experiência soviética “constitui uma das grandes reações antiliberais e antidemocráticas da história europeia no século XX, sendo a outra, evidentemente, a do fascismo, sob suas diferentes formas”.

o sabe? – respondem Chamberlain e seus amigos, muito inquietos por parecer que se inclinam, mesmo ligeiramente, ante o altar ímpio dos sem-deus. Valerá o exército vermelho a pena de assistir, mesmo como convidado, à missa negra do bolchevismo? Mui visivelmente, o sr. Chamberlain está ainda em dúvida.³⁴

No dia 23 de agosto de 1939 foi assinado o pacto de não agressão entre a Alemanha e o país de Stalin. No dia 30 de setembro, refletindo sobre o seu significado, os articulistas apresentavam aos leitores as razões pelas quais essa união chocou o mundo:

É tamanha a complexidade da atual situação política que gestos há, aparentemente análogos, que podem ter objetivos completamente opostos, ao passo que regimes aparentemente contrários, como o hitlerismo e o bolchevismo, podem ter afinidades que redundem em identidade. [...] quase um mês de guerra foi o suficiente para nos mostrar que a conflagração mundial de 1939 se iniciou sob o signo da incoerência. Os profetas da “próxima guerra” ficaram desorientados ante numerosos fatos novos. Entre eles figura, em primeiro plano, a paradoxal atitude da Rússia soviética. A pátria dos comunistas, única que eles juraram servir – os comunistas franceses –, entregou-se a Hitler, o anticristo da foice e do martelo. O golpe foi duro para todos os comunistas do universo...³⁵

Ao estabelecerem um pacto entre si, a ausência de lógica, tema que os responsáveis pela publicação destacaram em diversas oportu-

34 Cf. “A dúvida de Chamberlain” in *O Estado de S. Paulo*, 15 jun. 1939, p.14. Um trabalho que demonstre os aspectos das representações construídas pelos jornalistas de *O Estado de S. Paulo* acerca da União Soviética ainda está por ser feito.

35 Cf. “A dissolução do Partido Comunista Francês” in *O Estado de S. Paulo*, 30 set. 1939, p.1. No Brasil, os reflexos desse pacto podem ser explicados por Joel Silveira. Em entrevista a Geneton Moraes Neto, ele se refere à aproximação teuto-soviética: Pode-se dizer, hoje, que o anúncio daquela aliança que até então parecia impossível explodiu diante de um mundo atônito e perplexo com o mesmo impacto que seis anos depois iriam causar as duas bombas atômicas lançadas pelos norte-americanos sobre Hiroshima e Nagasaki (cf. Silveira & Neto, 1990, p.318).

nidades, parecia evidenciar-se no campo das relações internacionais. No último comentário que o matutino publicou antes do início das hostilidades, o articulista assinalava:

Se o nazismo e o comunismo têm a capacidade de fazer meias voltas ideológicas, diplomáticas e políticas, à voz de ordem de comandantes sem princípios, é inútil tentar prever o futuro. [...] em vista desta falta de âncoras no nazismo e no comunismo, o resto da humanidade se vê obrigado a viver de ouvido encostado, ao rádio; com o nariz na última edição do jornal, com o coração e o cérebro no momento atual, situação essa que influi em todos os povos da terra.³⁶

A incessante procura por informações acerca dos acontecimentos europeus conferia grande relevância aos novos meios de comunicação social como o rádio, por exemplo. Para os colaboradores, todavia, esse era utilizado pelos respectivos governos como instrumento de propaganda, acirrando a luta entre os povos. A postura dos responsáveis pela publicação no que concernia à utilização do rádio era, portanto, extremamente crítica.

No caso do Brasil, entretanto, esse instrumento não desempenhou um papel de grande amplitude como na Alemanha, por exemplo. Apesar de deter o monopólio do rádio, “o Estado Novo era o único a não tirar proveito dele”, como lembra José Inácio de Melo Souza (2003, p.171). O comentário publicado no dia 18 de agosto de 1938 assim interpretava o papel que ele desempenhava:

O rádio, dentro e fora de fronteiras nacionais, presta-se à propaganda de novas ideias políticas, econômicas e sociais, alcançando mesmo analfabetos. É um instrumento que vem sendo usado para envenenar o povo de algum país contra os seus próprios governantes e é empregado também para a irradiação de “programas culturais”, cujos fins ulteriores são imperialistas ou visam a aquisição de concessões privilegiadas.³⁷

36 Cf. “Balanço da situação” in *O Estado de S. Paulo*, 31 ago. 1939, p.14.

37 Cf. “A porfia nos ares” in *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1938, p.16.

Um outro fator que compunha esse cenário de arranjos e rearranjos políticos diretamente relacionado com os veículos de comunicação era a opinião pública, tal como entendida pelos que escreviam no jornal. Em diversas ocasiões, os responsáveis pelos comentários se referiram a ela como uma força capaz de deter os avanços dos países que compunham o campo totalitário e destacaram que em relação à outra conflagração esse era um grande diferencial. No dia 6 de outubro de 1938 lia-se que:

Terá o “zé-povos” deste universo tanta força assim? Eles devem saber. Na hora H, é o testemunho deles todos, a nossa voz fraquinha, mas forte como um trovão quando reunida na orquestra universal, falou e fez parar as hostes de Marte e recuar as ondas da agressão. Mesmo fazendo o devido desconto, acho-nos numa nova situação, talvez sem par na história do mundo: a humanidade fala e é ouvida.³⁸

A impressão de que a humanidade se manifestava e era ouvida se relacionava com a Conferência de Munique, evento que aconteceu exatamente no final de setembro.³⁹ Nesse encontro os líderes da França e da Inglaterra juntamente com os da Alemanha e da Itália resolveram a crise tchecoslovaca, evitando o perigo de uma nova conflagração.⁴⁰ Assim, parecia haver harmonia entre os anseios dos povos de todo o mundo e a decisão tomada em Munique. Todavia, essa ideia logo perdeu força, uma vez que, concomitantemente, se

38 Cf. “Povo, paz e publicidade” in *O Estado de S. Paulo*, 6 out. 1938, p.16.

39 No livro lançado em 1929, no qual analisava o surgimento de um novo personagem político, as massas, Ortega y Gasset (1929, p.57) comentou essa atuação da seguinte maneira: “*Hoy asistimos al triunfo de una hiperdemocracia en que la masa actua directamente sin ley, por medio de materialies presiones, imponiendo sus aspiraciones y sus gustos. Yo dudo que haya habido otras épocas de la historia en que la muchedumbre llegase a gobernar tan directamente como en nuestro tiempo*”.

40 Vale lembrar que a opinião pública alemã também não se empolgava com a possibilidade de uma nova guerra. Segundo Ian Kershaw (2001, p.123), “*Nazi propaganda was certainly able to produce an atmosphere of wild and blind national exaltation following the foreign policy successes of the regime but was incapable of turning this for the majority of those rejoicing, into enthusiasm for a new war*”.

interpretou o fato como mais um episódio em que as forças franco-britânicas se rendiam aos apelos totalitários.⁴¹

Além disso, o discurso sobre a opinião pública era mais uma evidência de que os jornalistas responsáveis pela publicação norteavam-se por princípios que se coadunavam com os ideais democráticos, uma vez que, como eles mesmos ensinavam, uma opinião pública livre somente vicejava nesses regimes, pois nos totalitários ela era controlada, dirigida e ludibriada pelas técnicas da propaganda.

Os articulistas, no que se referia a essa técnica, foram sempre muito céticos. Durante todo o período analisado, os comentários que se dedicaram a esse assunto apresentaram os germânicos como os campeões em utilizar esse meio para auxiliar as expansões territoriais. Um outro fator que contribuía para esse posicionamento era a dependência dos responsáveis pela publicação dos telegramas e artigos enviados do exterior.

Enquanto os ingleses eram elogiados por sua sinceridade em admitir equívocos e especialmente as primeiras derrotas, o governo alemão e as notícias advindas da agência daquele país eram tratados sempre com cautela, tendo os colaboradores, em vários momentos, mostrado, por meio de outras fontes, que aquelas eram falsas ou superestimadas.

Mas todos esses elementos receberam um outro tratamento quando a guerra estourou novamente no continente em 1º de setembro de 1939, dia em que a Alemanha invadiu a Polônia. Com a declaração de guerra da Inglaterra e da França em 3, o Velho Mundo entrava, em menos de trinta anos, em uma nova conflagração generalizada.⁴²

41 Ernst Nolte (1971, p.170) explica que “*a Checoslovaquia era el punto de apoyo más seguro del sistema francés en Europa. Si le obligaba a la capitulación, dejaba de existir el sistema francés*”.

42 Isso porque, desde o final da conflagração anterior, houve vários conflitos localizados. Ao comentar o que essa conjuntura significava, o político inglês A. Duff Cooper (1939, p.4) assinalava: “Com efeito, somos testemunhas vivas da Segunda Guerra Mundial. [...] É verdade que até agora pouco sangue inglês foi derramado. Entretanto, o sangue tem corrido: rios de sangue na Abissínia e na Espanha, oceanos de sangue na China, e ainda, coisa talvez mais tremenda, há o sangue que rega todo dia os campos de concentração da Alemanha. Ninguém

Para os colaboradores, essa situação simbolizava o triunfo das forças da violência sob a razão.⁴³

Enquanto as forças alemãs ocupavam o território polonês, aplicando a nova técnica de guerra, a Blitzkrieg,⁴⁴ ingleses e franceses colocavam em prática seus planos de defesa e arregimentavam soldados para combater os exércitos de Hitler. O elemento novo introduzido pelos generais alemães, decisivo para as seguidas vitórias, durante essa primeira fase da guerra, foram as divisões motorizadas. Tanto na Polônia, que ainda usava a cavalaria como arma, quanto na França o desempenho delas foi fundamental para o desfecho das lutas. No caso polonês, a conquista foi concluída com a invasão do país, a leste, pela União Soviética. A nova partilha do território polaco foi interpretada pelos colaboradores como um sinal de que as duas potências agiam

pode cometer maior erro do que o de examinar isoladamente cada um desses fenômenos. A guerra civil na Espanha, a agressão italiana na África, a agressão japonesa na Ásia, na Alemanha uma tirania que se baseia na tortura, todos esses tristes acontecimentos não são casos fortuitos e isolados, mas estão encadeados uns nos outros e constituem os elementos de um conjunto terrível”.

43 Para René Rémond (1990, p.16), “a causa da guerra reside na vontade de guerra de uma ou várias potências, que desejavam instaurar sua hegemonia”.

44 Sob a nova tática de guerra, também os colaboradores construíram uma imagem extremamente diferente daquela expressada por seus contemporâneos. Para eles, “Quando a Polônia sucumbiu, ante as forças alemãs, poucas semanas depois de iniciada a guerra, muitos observadores interpretaram a vitória do III Reich como o primeiro êxito do novo método de guerra, a guerra ou ataque fulminante, o ‘Blitzkrieg’. [...] Há sempre duas interpretações para quase tudo o que acontece neste nosso universo. E, se de certo ponto de vista a conquista da Polônia foi o resultado de um ataque fulminante, o ataque fulminante não teria sido possível sem anos de preparação prévia. E, se foi necessário ao Estado Maior do III Reich estudar o terreno e todas as condições de seu ataque fulminante, muitos anos antes de começar a guerra, o ‘blitzkrieg’ deixa de ter o caráter de ataque relâmpago e se transforma numa lenta e cuidadosa pesquisa que culmina em um ataque rápido, os quais malogram, porém, com a longa pesquisa prévia. [...] Em outras palavras, segundo este perito militar – capitão Wallace F. Safford –, sem o auxílio da Rússia, nem as pesquisas, nem as estratégias, nem o blitzkrieg, teriam derrotado tão facilmente a Polônia. [...] O ataque fulminante é um fogo de artifício que pode causar danos enormes em dado lugar e em dado momento, mas que não atinge os objetivos decisivos das guerras modernas. O blitzkrieg é uma ilusão!” (Cf. “Blitzkrieg” in *O Estado de S. Paulo*, 7 nov. 1939, p.1).

juntas no cenário internacional e que o pacto possuía cláusulas desconhecidas daqueles que acompanhavam o conflito.

A experiência da guerra anterior em que milhares de homens morreram nos combates na frente ocidental foi apresentada pelos articulistas como um fator que certamente resultara na ausência de ações de envergadura nos meses que se seguiram à conquista da Polônia, entre outubro e maio de 1940. No dia 17 de novembro de 1939, o artigo sem assinatura asseverava que

Tornaram-se comuns as críticas à indecisão que parece dominar os chefes alemães tanto quanto os aliados, nas operações militares da frente franco-germânica. [...] Em 1914, os grandes chefes de todos os exércitos só conheciam a guerra teoricamente, todas as misérias da luta se haviam desenrolado longe das vistas dos Estados Maiores e o número de vidas humanas a perder não influía, a princípio, nos planos estratégicos. Mas agora a situação mudou. Os chefes militares supremos de ambos os lados combateram nas fileiras em 1914, e sabem que entre as primeiras garantias de êxito está a confiança que as tropas depositam na sagacidade dos comandantes, certas de que não se lhe pedirão esforços inúteis e de que os responsáveis pelo comando saberão poupar a vida de seus subordinados.⁴⁵

A ausência de luta constituía também um problema para o moral das tropas que passaram meses sem combates. Em janeiro de 1940,⁴⁶ o tédio foi apontado, por um texto sem autoria, como o maior desafio para os soldados franceses mobilizados. Além disso, outros comentários teceram críticas à guerra estacionária demonstrando que durante essa época,

Os oficiais e soldados gozavam à farta. Nos teatros de campanha representavam-se comédias ou se exibiam as últimas novidades do cinema. Os regimentos disputavam a presença de autores célebres.

45 Cf. “Chefes aliados” in *O Estado de S. Paulo*, 17 nov. 1939, p.14.

46 Cf. “Hore Belisha, Ciano e Czaky” in *O Estado de S. Paulo*, 14 jan. 1940.

De plagas distantes vinham jornalistas estrangeiros para colher impressões. Recebiam-nos jubilosamente os que aguardavam a morte a cada minuto. Havia banquetes nababescos, com os melhores vinhos.⁴⁷

Enquanto, porém, a frente ocidental estava sob o que os contemporâneos chamaram de “*Drôle de guerre*”, no Oriente a União Soviética iniciou uma ofensiva contra um pequeno país do extremo norte do continente europeu: a Finlândia. A requisição das Ilhas Aaland por parte do país dirigido por Stalin para a construção de bases soviéticas tornou crítica a situação finlandesa, uma vez que seus governantes não aceitavam essa exigência.

Para os colaboradores do jornal, a luta entre esses dois países era extremamente desigual e significava uma tragédia para a Finlândia. A evidente superioridade de forças do exército vermelho ante o finlandês e a gigantesca desproporção de homens e máquinas disponíveis levaram um colaborador a denominar a luta, do ponto de vista da pequena república, de “suicídio”.⁴⁸ Além disso, a investida russa reforçava a percepção de que os totalitarismos da direita e da esquerda agiam harmoniosamente.

Os textos publicados acerca desse conflito teciam severas críticas à crueldade soviética e enobreciam o ato de resistência da Finlândia, considerada defensora da civilização e do cristianismo. Em 6 de dezembro de 1939, o articulista, ao analisar a situação, assinalou que

a conquista da Finlândia significa um movimento envolvente e dos mais inquietantes para o futuro da civilização. Quanto aos processos verdadeiramente inomináveis que orientaram essa conquista, constituem eles amostra do que é possível esperar da barbárie soviética por infelicidade, ela viesse um dia impor suas leis no Ocidente.⁴⁹

Para os colaboradores do jornal, a barbárie comunista era um problema que tinha de ser enfrentado não só pelos finlandeses, mas

47 Cf. “A psicologia das datas...” in *O Estado de S. Paulo*, 9 ago. 1940, p.14.

48 Cf. “Rússia e Finlândia” in *O Estado de S. Paulo*, 12 out. 1939, p.1.

49 Cf. “O destino da Finlândia” in *O Estado de S. Paulo*, 6 dez. 1939, p.14.

também por toda a civilização ocidental. Ao escrever sobre uma fábula russa, o articulista lembrava que o autor, Kryloff,

se refere a um cozinheiro que repreende o seu gato por haver comido um doce. O gato ouve a admoestação, mas depois de haver devorado a guloseima. Certamente os dirigentes da Rússia aprenderam essa fábula na escola e há muito que escolheram o papel do gato como o mais proveitoso. [...] Mas os dirigentes do Kremlin não levam muito em conta o valor das vidas humanas.⁵⁰

Pode-se notar no trecho supracitado que, à medida que a conquista se mostrava irreversível, o tom e o teor das admoestações ao regime soviético aumentavam visivelmente, contribuindo para a sedimentação de uma imagem da Rússia que era apresentada como bárbara, desumana e cruel. Em 14 de março de 1940, ao comentar o acordo que colocou fim à luta russo-finlandesa, o articulista lembrava que “após a Áustria, a Tchecoslováquia e a Polónia, a Finlândia será o quarto pequeno país que as potências aliadas não conseguem salvar”.⁵¹

Os Estados Unidos e a América: as representações do processo de envolvimento do continente no conflito

*E cada dia se observa, na grande República deste continente, o desejo intenso de assegurar o triunfo das democracias.*⁵²

Duas palavras que quase deixaram de ter sentido são “nacional” e “internacional”. Quando por meio do rádio, do avião e do telégrafo, os povos mais longínquos do mundo podem manter-se não ao dia,

50 Cf. “A Sociedade das Nações e a Finlândia” in *O Estado de S. Paulo*, 8 dez. 1939, p.1.

51 Cf. “O acordo de Moscou” in *O Estado de S. Paulo*, 14 mar. 1940, p.1.

52 Cf. “A batalha do Atlântico” in *O Estado de S. Paulo*, 9 maio 1941, p.16.

mas ao segundo do que se passa, nos centros de grandes atritos internacionais, a velha fraseologia perdeu muito do seu valor e o que era ou podia ser, nacional, passou a ser internacional, e o internacional a nacional. [...] Em relação a São Paulo, neste mundo do T.S.F., Nuremberg ocupa a posição de Pirituba e os territórios dos sudetos a de Campinas. São Paulo, o Brasil e a América não podem adotar a atitude de “dolce far niente”, cruzar os braços e mandar às urtigas os que querem fazer a guerra. Para o bem ou para o mal, estamos embarcados no mesmo barco e o que eles fazem lá na Europa nos interessa viva e diretamente.⁵³

O excerto demonstra, em meio à crise que culminou na Conferência de Munique, a interdependência dos povos nesse período. A diminuição das distâncias e a velocidade dos acontecimentos e informações transformaram as relações internacionais ampliando o número de participantes do concerto externo e amalgamando seu destino.

A posição estratégica do Brasil no continente sul-americano, suas reservas naturais e minerais, seu potencial energético e sua relação com os Estados Unidos estiveram no âmago das questões que a tensão europeia trouxe às Américas. Enquanto o Velho Mundo se preparava para uma outra conflagração, no Novo, os interesses dos grupos que pretendiam a hegemonia se chocavam, trazendo às terras americanas as mesmas apreensões da Europa.

Nos Estados Unidos, o presidente Franklin D. Roosevelt enfrentava uma onda oposicionista contrária às suas pretensões de auxiliar as democracias. Esse auxílio, todavia, não era desinteressado. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (2006, p.114),

assim como Hitler procedeu na Alemanha, Roosevelt, depois da crise de 1929, tratara de reanimar a economia dos Estados Unidos por meio do militarismo, ou seja, da produção de material bélico. [...] E Roosevelt abertamente se mostrava disposto a intervir na guerra contra a Alemanha, país que ele detestava desde a juventude.

53 Cf. “Será a hora H?” in *O Estado de S. Paulo*, 14 set. 1938, p.16.

Denominados isolacionistas, esses opositores, que propugnavam a não intervenção nos assuntos europeus, estiveram no centro de várias batalhas políticas.⁵⁴ Segundo Henry Kissinger (1994, p.380),

*Roosevelt, the political leader had to navigate among three currents of American opinion: a small group advocating unambiguous support for all “peace-loving” nations; a somewhat more significant group that went along with such support as long as it stopped well short of war; and a vast majority supporting the letter and the spirit of the neutrality legislation.*⁵⁵

No Brasil, as ressonâncias do fortalecimento da Alemanha e da Itália no campo internacional favoreciam a continuidade da ditadura varguista, em harmonia com os demais países totalitários. Nesse sentido, esse momento parecia trazer novamente à tona as discussões acerca das características das relações internacionais do Brasil, que

54 Uma das personalidades que compunham esse grupo era o aviador Charles A. Lindbergh. Segundo Wayne S. Cole (1974, p.X), “*Easily the most popular and controversial “isolationist” or “noninterventionist”, leader was the famed aviator colonel Charles A Lindbergh. From September, 1939, when he began speaking out against American entry into World War II, until he was silenced by the Japanese attack more than two years later, Lindbergh was the most praised, the most criticized, an the most maligned noninterventionist in the United States. No one played a more prominent role in opposing the foreign policies of the Franklin Delano Roosevelt administration*”.

55 Além de Henry Kissinger, Secretário de Estado na década de 1970 e estudioso das relações Internacionais dos Estados Unidos, um texto publicado no matutino no dia 18 de julho de 1939, assinado por um dos membros da Câmara dos Representantes daquele país, assinalava que: “Os Estados Unidos possuem interesses estrangeiros em três áreas mundiais: na Europa, Ásia e América Latina. Esses interesses são tão diferentes como as diversas zonas em que estão situados. [...] Na América Latina, interessa-nos em manter a paz, impedindo os países de além-mar de que ali se intrometam colonial ou politicamente. Dessa maneira, queremos vender munições para a França e Inglaterra, caso tenham que lutar contra a Itália e a Alemanha. Na Ásia, almejamos a China livre do domínio japonês. E, na América Latina, pretendemos ficar perfeitamente livres para desempenhar o papel de padrinhos benevolentes. O problema é, pois, elaborar uma lei de neutralidade que se aplique a todas as três zonas diferentes (Harrison, 1939, p.18).

durante a década de 1920, segundo Eugênio Vargas Garcia (2006, p.37), oscilou entre a América e a Europa. Segundo o autor, “a dicotomia América-Europa permeou a política externa brasileira desde os primeiros momentos da diplomacia do Brasil independente”.

Para os colaboradores, tal dicotomia se resolveu com a adoção dos princípios pan-americanos. Em diversos comentários, mostrava-se a América como espaço em que as questões entre nações eram dirimidas por meio do diálogo, do respeito ao Direito Internacional e da amizade entre os povos. Essa posição lembra aquela defendida pelos jacobinos durante os primeiros anos da República, uma vez que, para eles, a Europa simbolizava a exploração e os Estados Unidos defendiam, com a Doutrina Monroe, a América para os americanos.⁵⁶ Assim, o continente era contraposto aos acontecimentos europeus, substanciando o que, para eles, mostrava a superioridade americana diante dos colonizadores.⁵⁷ O fato de o primeiro comentário publicado tratar dos Estados Unidos e não da Europa é, em si, sintomático.⁵⁸

A finalidade da política norte-americana para o continente, pausada pelo retorno do ideal pan-americano e pela execução da política da boa vizinhança, foi objeto de um texto sem assinatura, publicado

56 Para a história da atuação desse grupo na política brasileira, ver Queiroz (1986).

57 Ainda segundo Eugênio Vargas Garcia (2006, p.579), “A hegemonia ideológica do pan-americanismo no pensamento diplomático brasileiro vigorava grosso modo desde 1889. O pan-americanismo era o princípio organizador que dava unidade conceitual ao discurso diplomático e informava a visão do meio internacional que possuíam as elites dirigentes da época. A crença na natureza distinta (e superior) da América em relação à Europa e ao resto do mundo era de certo modo instrumental como dispositivo retórico para a política externa brasileira, pois: a) colocava a aproximação com os Estados Unidos em plano mais elevado que o mero alinhamento; b) embasava a cordialidade com os países vizinhos e o apaziguamento com a rival Argentina; e c) servia para elevar as credenciais do Brasil na Europa ou, alternativamente, para negar o Velho Mundo quando a oportunidade para tanto se apresentasse”. Para mais esclarecimentos ver, na p.582, o esquema elaborado pelo autor para explicar as diferenças entre a Europa e a América.

58 O primeiro comentário intitulava-se “Roosevelt e as eleições”. Foi publicado a 20 de abril de 1938, na p.14, sem subscrição. Nele, o colaborador analisava o poder que o presidente norte-americano possuía lutando com um importante aliado no que tangia à propaganda, o rádio.

em 27 de abril de 1938: “Hoje, a máxima preocupação internacional de Washington é incrementar e cimentar as boas relações com as outras Repúblicas da América. Pela primeira vez na história daquele país, há uma política puramente ‘americanista’ em Washington”.⁵⁹

Preocupados com as interpretações que os leitores elaboravam a respeito da política externa do país mais rico e poderoso do continente, em 8 de maio os responsáveis pela publicação explicaram o funcionamento dessa política, asseverando que ela “toma forma definitiva somente depois de processar-se nos trâmites constitucionais ou tradicionais”.⁶⁰ A preferência pelo regime democrático e liberal era uma das bandeiras do matutino. Os comentários tratavam, incansavelmente, desse assunto, o que evidencia a centralidade do tema para os responsáveis pelo periódico. Em 11 de maio, ao interpretar os resultados da eleição na Colômbia, afirmava-se:

O presidente eleito da Colômbia fará, segundo os telegramas, um governo equidistante do fascismo e do comunismo, procurará estreitar as relações com os Estados Unidos e os outros países da América, manterá o seu apoio à Sociedade das Nações e fará o possível para aumentar o consumo do café. [...] A Colômbia possui grandes riquezas materiais e humanas (sic). Com um governo liberal à sua frente, ela não precisa encarar o futuro com pessimismo.⁶¹

O exemplo colombiano sintetizava o posicionamento que os intelectuais reunidos no jornal consideravam adequado. Além de formar ao lado das potências que compunham o campo democrático na política e no comércio, o presidente eleito prometia aumentar o consumo do café, o que favoreceria o Brasil, pois esse ainda era o nosso principal produto de exportação. A estocada no regime de Getúlio Vargas vinha na última assertiva: o futuro colombiano poderia ser

59 Cf. “Realismo e idealismo na América” in *O Estado de S. Paulo*, 27 abr. 1938, p.14.

60 Cf. “Política externa dos Estados Unidos” in *O Estado de S. Paulo*, 8 maio 1938, p.32.

61 Cf. “A eleição na Colômbia” in *O Estado de S. Paulo*, 11 maio 1938, p.16.

encarado com otimismo em virtude do seu governo liberal; no caso brasileiro, a ausência de tais princípios contribuía para o inverso.

A questão do Chaco⁶² e as recalcitrâncias argentinas foram, durante esse período, os únicos problemas que ameaçaram a unidade americana no que concernia à solidariedade continental. No primeiro caso, a luta entre o Paraguai e a Bolívia quase chegou às vias de fato. No entanto, comprovando a tese de que, na América, os problemas eram solucionados amistosamente e com respaldo legal, por meio da diplomacia e não dos canhões, o conflito entre os dois países terminou com um acordo firmado em uma conferência. No segundo, tratava-se da resistência que os argentinos impunham aos projetos advindos de Washington, no que concernia à defesa e à unidade do continente e que os articulistas já entendiam como postura tradicional. Único país a se opor aos Estados Unidos nesse período, a sua posição era inflexível e destoava das demais nações do continente. Mas os problemas dos norte-americanos não se resumiam somente às resistências da Argentina: lutavam contra a influência que os alemães tentavam estabelecer no continente e dentro de seu próprio país.⁶³ Os principais contra-argumentos dos estadunidenses foram analisados por um colaborador:

62 É interessante notar que, segundo os colaboradores, a demarcação de fronteiras na América prescindia de elementos indubitáveis que comprovassem se uma região era ou não pertencente a determinado país. Em 12 de junho, no comentário “Litígios territoriais”, afirmava-se que esse trabalho “assemelhava-se ao trabalho de Scherlock Holmes. [...] Examinam-se os nomes e batizados e outros documentos dessa ordem que nada têm que ver com terra ou geografia, para ver se a preponderância dos nomes, num ou noutro lado do rio onde uma linha real ou imaginária, pertence a este ou àquele grupo social ou étnico” (cf. “Litígios territoriais” in *O Estado de S. Paulo*, 12 jun. 1938, p.36”.

63 Também nesse caso, a história parecia repetir-se. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha exerceu nos Estados Unidos uma forte pressão para que aquele país não se envolvesse na contenda. No periódico, a ação desses alemães foi comentada no dia 22 de junho de 1941, quando se asseverava que: “Franz von Papen, que tanto se celebrou nos Estados Unidos em 1916, não é um exímio atirador, como Bismarck; nem esportista como alguns diplomatas japoneses. Mas é hábil no urdir tramas que beneficiam a sua pátria” (cf. “Pacto germanoturco” in *O Estado de S. Paulo*. 22 jun. 1941, p.32).

Os Estados Unidos consideram o comércio estrangeiro da Alemanha, em marcos compensados e feito com o apoio e a ajuda da diplomacia alemã, uma concorrência desleal. Quase todos os liberais norte-americanos e muitos dos conservadores também detestam a política antisemita do nacional-socialismo. [...] Nota-se que quase todos os parlamentares norte-americanos, que aludem ao problema nazista nos Estados Unidos, também mencionam a propaganda que a Alemanha vem fazendo na América Latina. Parecem perceber que a invasão ideológica do nazismo é um problema continental e que um dos melhores meios de o resolver é dando um golpe de morte nessas atividades nos Estados Unidos. [...] A opinião norte-americana dizem, certa ou erradamente, não pode suportar a filosofia e a prática dessa nova Alemanha.⁶⁴

A partir desse excerto percebem-se as razões do descontentamento da política norte-americana para com a Alemanha. Além de citar o caso da propaganda, o texto apresentava ainda outro fator de atrito entre as duas potências: o comércio em marcos compensados. Nesse sistema, a Alemanha recebia as matérias-primas dos países agroexportadores e pagava essa mercadoria com máquinas e implementos produzidos por sua indústria, numa transação direta.⁶⁵ O Brasil foi um dos países que participaram desse sistema de trocas⁶⁶ e, apesar das duras críticas e da pressão exercida pelos norte-americanos, os

64 Cf. “Nazismo nos Estados Unidos” in *O Estado de S. Paulo*, 23 jun. 1938, p.16.

65 Sobre esse tipo de comércio, o presidente do Reichsbank, Hjalmar Schacht (1999, p.398-9), afirmou: “Nos contratos comerciais com uma série de países estrangeiros as compras alemãs foram creditadas em contas de compensação nos respectivos países e deixou-se a crédito destes utilizarem novamente para créditos no mercado alemão. Esse sistema foi ampliado especialmente com os países balcânicos e sul-americanos. Na primavera de 1938 tínhamos esses contratos de compensação com nada menos que 25 países, de forma que mais da metade do comércio exterior alemão acontecia por esses canais. Através desse sistema de comércio bilateral conseguiu-se atender à demanda de matérias-primas e alimentos”.

66 Segundo Edgar Carone (1976), a crise do café colaborou decisivamente para que os agricultores paulistas diversificassem suas atividades. A produção brasileira de algodão cresceu maior do que 500% entre 1920 e 1944 e só São Paulo produzia 59,9% de toda a produção em 1938”.

alemães continuaram comprando e vendendo mesmo depois da guerra estourar. Para os norte-americanos, além de uma prática desleal, esse tipo de comércio representava uma ameaça, e o transformava numa importante arma política na busca por hegemonias.

Ao analisar as consequências da utilização do marco compensado no comércio Brasil-Alemanha, o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira (2006, p.102) concluiu que

a Alemanha, em quatro anos, conquistou o primeiro lugar como fornecedor do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos. Ela não apenas pode abastecer-se dos produtos agrícolas e matérias-primas de que necessitava, como abriu mercados para o escoamento de sua produção industrial. Sua participação nas importações brasileiras, da ordem de 14,02%, em 1934, saltou para 20,44%, em 1935, e elevou-se a 25%, em 1938, enquanto a dos Estados Unidos, apesar do Tratado de Comércio, apenas subiu de 23,67% para 24,02% e a da Grã-Bretanha despencava de 17,14% para 10,04%, no mesmo período.

A reação estadunidense deu-se em várias frentes: pressão que seus secretários de Estado exerciam sob os responsáveis pelas políticas comerciais e política de aproximação cultural entre os povos.⁶⁷ No dia 2 de julho, o comentário não assinado demonstrava a posição do articulista acerca da segunda forma de atuação norte-americana no que concernia ao cenário latino-americano:

O Congresso dos Estados Unidos acaba de votar uma verbazinha para promover “relações intelectuais”. Dizemos “verbazinha” porque, em comparação com o que gastam muitas nações europeias e asiáticas no fomento de relações culturais, é realmente uma ninharia. [...] A “cultura” de um povo, parece, tornou-se o anúncio, o cartaz,

67 Para Ana Maria Mauad (s. d.), “a moeda cultural foi o investimento simbólico para a aproximação dos dois países. Uma forma de convencer os norte-americanos da amizade brasileira e, ao mesmo tempo, incentivar as autoridades brasileiras a escolher o ‘lado certo’ na guerra”..

o sinal luminoso que chama a atenção dos compradores cortejados, não ao povo que vive e faz a “cultura” assim exibida, mas, sim, aos produtos que esse povo tem para vender. Parece ser uma prostituição da cultura. [...] é da própria essência da cultura, no sentido em que usamos a palavra neste comentário, ser desinteressada: falamos daquilo que sintetiza o melhor de uma civilização, daquilo que é honesto, sincero e belo na vida de um povo. Um exemplo ao revés, explicará o nosso pensamento. Todos achamos que a sra. Bidú Sayão tem todo o direito de empregar a sua grande arte para ganhar o pão cotidiano, que a sua linda voz e pessoa podem servir de embaixatrizes da cultura do Brasil em outras terras, mas quem é que gostaria de saber que o “rouxinol brasileiro” tem como missão, principal e única, a venda de café e laranjas brasileiras nos mercados do mundo? Infelizmente esta nova tendência de aproximação cultural tem fins sórdidos dessa natureza. Acabará sendo contraproducente e desvirtuará talvez a própria cultura. [...] A cultura-propaganda deixa de ser cultura e perde o valor como propaganda. Desmascará-la é a primeira etapa para mudar a cultura-propaganda em cultura-cultura.⁶⁸

A cultura então se tornou também um ardil por meio do qual os contendores pretendiam estabelecer ou consolidar a sua dominação. Para Paulo Duarte (1946, p.76), essa intenção era evidente, uma vez que, no entendimento dele,

Uma coisa patenteia-se em todo esse esforço de aproximação: se não existe ainda, em caráter oficial, o intento de conquistar materialmente os países da América do Sul, o de colonizá-los espiritualmente,

68 Cf. “Intercâmbios culturais” in *O Estado de S. Paulo*, 2 jul. 1938, p.14. Paulo Duarte (1946, p.105) foi um profundo crítico das políticas norte-americanas para o Brasil. Sobre a política cultural, escreveu o ex-deputado paulista: “A aproximação política cultural deverá preceder à política comercial. E que os seus intelectuais sejam mesmo intelectuais antes de serem enviados do Departamento do Estado. A França para adquirir no Brasil a influência espiritual que nem quatro anos de absoluto isolamento, sob a mais humilhante das servidões esmaeceu, nunca precisou mais do que a diplomacia dos seus livros e dos seus sábios”.

a gente o vê a cada passo. Os Estados Unidos preocupam-se muito com impor, hoje, à América Latina os seus usos, os seus costumes, os seus hábitos de vida. Querem banir da América toda influência europeia, substituindo-a por uma só e única: a influência norte-americana.

Também para os colaboradores essa era uma ideia contraproducente. Além de desdenhar do valor reservado para a aproximação cultural entre os diferentes povos americanos, o responsável pelo texto diminuía a iniciativa mostrando que o conceito “cultura” era de uma grandeza e amplitude que ultrapassava os limites do comércio. Assim, o excerto evidencia também o desejo do articulista de estabelecer um contato mais intenso com a cultura dos Estados Unidos, desejo que não se realizaria se as premissas para essa troca fossem fundamentadas no interesse meramente político.

Na tentativa de construir uma imagem da América que diferia da situação europeia, os responsáveis pela publicação escreveram textos em que indicavam como o povo americano deveria analisar e interpretar as ideologias e teorias que da Europa emanavam para o mundo. Nesse sentido, por exemplo, o racismo, um dos pilares de um dos regimes totalitários europeus, foi apresentado assim, no dia 19 de julho, ao público leitor:

Há um novo produto europeu que a América toda deve rejeitar e repelir enérgica e até violentamente. Desde o Canadá até a Patagônia não há nenhum país da América que possa aceitar o “racismo” como filosofia ou norma de vida sem confessar a sua própria “inferioridade”. [...] A nova expressão do racismo europeu é a mais insidiosa de todas, pois se veste de todos os trajes da ciência e da tolerância. É perigosa porque surge num povo latino – Itália – que parece negar a sua latinidade e que, portanto, poderá servir de exemplo aos incautos latinos do Novo Mundo, seduzidos pelas aparências de lógica que a nova teoria racista porventura contenha. [...] E, se quisermos ser capciosos, poderíamos dizer que este credo curioso parece ser a expressão de um complexo de inferioridade, do desejo de desvirtuar

a história e a ciência para entrar numa “raça” superior, que infelizmente não existe. [...] Para nós, os títulos de uma grandeza italiana, verdadeiramente assombrosa, são nomes e não sangue: Cícero, Dante, Leonardo Da Vinci, Volta, Galiani, Marconi, Pareto, Croce, Puccini, Verdi e milhares de outros, todos latiníssimos. [...] Em todo o mundo, mesmo nos países totalitários, há hospitais, sanatórios, asilos e outras instituições para cuidar daqueles que, por uma razão ou por outra, mostram-se inferiores na luta pela vida. Nós não exilamos os dementes e os hansenianos. [...] O racismo não nos serve. E, se até agora não procuramos impor as nossas ideias ao Velho Continente, desejamos viver em paz e que façam “lá” o que bem entenderem.⁶⁹

Não eram, porém, somente as ideologias e teorias raciais que ameaçavam e transtornavam as relações internacionais. As inovações tecnológicas contribuíram para o crescente clima de desentendimento entre os homens. Entre essas inovações destacavam-se o rádio e o avião. Para os responsáveis pela publicação,

Com o voo de Berlim a Nova York, sem escalas, a situação internacional entra numa nova fase. [...] Já não basta a terra e o mar. Do “céu”, que ironia! – também choveram bombas e balas. [...] O rádio, dentro e fora de fronteiras nacionais, presta-se à propaganda de novas ideias políticas, econômicas e sociais, alcançando mesmo analfabetos. É um instrumento que vem sendo usado para envenenar o povo de algum país contra os seus próprios governantes e é empregado também para a irradiação de “programas culturais”, cujos fins ulteriores são imperialistas ou visam a aquisição de concessões privilegiadas. No princípio eram só as nações totalitárias; hoje as próprias democracias entraram no jogo. [...] O rádio, como instrumento de cultura ou de comércio, e o avião, como veículo de transporte de passageiros, carga e correspondência, eliminando, como fazem a distância, um dos maiores obstáculos ao entendimento mútuo dos povos, poderiam ser as forças mais poderosas na pacificação do

69 Cf. “Os racismos e a América” in *O Estado de S. Paulo*, 19 jul. 1938, p.14.

mundo. Ao contrário, vemos ambos explorados pelos que querem a guerra ou têm ambições imperialistas.⁷⁰

Em virtude das transformações causadas por essas novas tecnologias, o mundo estava cada vez mais globalizado. Novas possibilidades foram criadas e os acontecimentos eram conhecidos com uma velocidade que o século anterior desconhecera. Mas, se havia nessa diminuição de distâncias algo positivo, o inverso também era verdadeiro. Os colaboradores não se cansavam de alertar os perigos advindos dessas modificações. No dia 14 de setembro, sob a pressão da crise tchecoslovaca, o articulista escreveu que:

A vida econômica, política e social do mundo é tão intrincada, tão complexa e feita de tantos milhares de pequenos, mas fortíssimos fios que, sem sabermos, eles nos envolvem numa vasta tela e nos ligam a acontecimentos que parecem não nos interessar. Ainda hoje sofremos todos da última guerra mundial. [...] É DE NÓS MESMOS QUE ESTAMOS FALANDO E NÃO DO NOSSO VIZINHO. Sem que o saibamos, esses pequenos fios podem estrangular-nos. Ignorar a existência deles não nos salvará. Desprezá-los é suicídio. [...] O perigo é dos mais graves. A guerra mundial nos deixou exaustos, empobrecidos e tontos; não estamos numa encruzilhada, com as forças vivas e cheios de saúde, estamos fracos ou doentes e uma nova guerra acabará a ação destruidora da de 1914.⁷¹

Aqui, a metáfora dos fios que se interligavam em uma vasta teia que abrangia todos os povos e interesses servia para reforçar a ideia de que os problemas do campo internacional diziam respeito à humanidade. E mais, com essa compreensão dos fenômenos externos, os colaboradores mostravam que, no que concernia ao Brasil, caso os norte-americanos entrassem efetivamente no conflito, o país

70 Cf. “A porfia nos ares” in *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1938, p.16.

71 Cf. “Será a hora H?” in *O Estado de S. Paulo*, 14 set. 1938, p.16, destaque do original.

dirigido por Getúlio Vargas não poderia se furtar ao compromisso de acompanhar os estadunidenses, fato que favorecia os propósitos dos responsáveis pela publicação, uma vez que formar ao lado dos Estados Unidos significava introduzir, no campo interno, significativa tensão no regime. Concomitantemente, por meio da leitura dos textos percebia-se a oposição que o presidente Roosevelt sofria em seu país. No dia 21 de setembro, lia-se que:

Observa-se, porém, nos Estados Unidos, depois da guerra mundial, um fenômeno novo: os pacifistas redobram as suas energias na propaganda contra a guerra e tornaram-se maníacos. [...] Para isso, todos os meios de persuasão, como a imprensa, o cinema, o teatro, são utilizados. [...] Infelizmente, porém, na hora H, o que decidirá a entrada ou a abstenção dos Estados Unidos num conflito será um incidente qualquer, ao redor do qual se fará uma propaganda, criando-se uma mística que comova e arraste os norte-americanos. A não ser que estes, com o tempo, se convertam em anjos...⁷²

Ao presidente norte-americano imputavam-se grande poder e capacidade de ação, além de ser considerado um poderoso mediador no âmbito internacional. Os resultados da Conferência dos chanceleres das potências europeias (Alemanha, Itália, Inglaterra e França), realizada em Munique para solucionar o problema tchecoslovaco, contribuíram para que os articulistas reafirmassem a imagem da América como um continente ordeiro e disciplinado. Em 13 de outubro, constatava-se que:

Imaginamos que os leitores tenham tido também uma sensação de irrealidade ou de espanto ao ler os jornais em que apareceu mais um discurso do chefe alemão ao lado das notícias de que fora definitivamente resolvida a pendência do chanceler. Parece que a América vive num mundo de fantasia e que o que aqui se passa deve ser um

72 Cf. "Os Estados Unidos e o Pacífico" in *O Estado de S. Paulo*, 21 set. 1939, p.14.

sonho. [...] A América toda se regozija com esse desfecho feliz e edificante de um caso que poderia ter tido consequências gravíssimas para ela e para a humanidade.⁷³

Para o final de 1938 agendou-se para a cidade de Lima (Peru) a reunião de ministros das Relações Exteriores dos países americanos. O encontro ensejou vários comentários no jornal. Em um deles lia-se que:

a hora exige que as nações americanas deitem ao vento certas convenções, certas exigências de protocolo e velhas tradições que impedem, dificultam ou desviam de roteiros producentes as conversas da futura conferência pan-americana. Enorme é o número dos tabus que a observância de certas regras de comportamento protocolar impeça ou dificulte a solução de problemas prementes e cuja solução poderá salvar a América e o mundo. O protocolo, como a lei, foi feito para servir ao homem e não para ser servido por ele. [...] E o que todos queremos é que essa nossa América se organize melhor, tanto para melhorar a nossa sorte dentro do continente como para nos salvar de perigos externos.⁷⁴

A necessidade de se proteger dos perigos que ameaçavam a paz, a velocidade com que países eram simplesmente riscados do mapa, como evidenciou o caso da Tchecoslováquia, fizeram que os colaboradores se colocassem contra as práticas tradicionais da diplomacia. O argumento da unidade continental para a defesa contra os perigos externos, portanto, baseava-se na crítica à demora que a Conferência levaria para concluir os trabalhos, ante um cenário internacional no qual a força substituíra o direito.

Outro problema que ameaçava a união pan-americana eram as disputas e interesses comerciais entre os países do continente, especialmente entre a Argentina e os Estados Unidos. Além disso,

73 Cf. "Paz na América" in *O Estado de S. Paulo*, 13 out. 1938, p.14.

74 Cf. "O direito e a realidade" in *O Estado de S. Paulo*, 5 nov. 1938, p.14.

havia ainda outro relevante fator no que concernia à união americana: a cultura. Os articulistas chamaram a atenção para esse fato a dezesseis, afirmando que:

quanto mais cedo os americanos perceberem que há fatores culturais, étnicos e econômicos que dividem todas as nações americanas, tanto mais cedo se poderá proceder à construção de um edifício realístico e não feito de quimeras. [...] Temos que deitar outros alicerces para o pan-americanismo, se é que realmente desejamos um entendimento entre as nações do continente.⁷⁵

Pode-se notar, no texto, um viés pedagógico no que se relacionava à política externa dos estadunidenses. Os artigos pareciam querer ensinar aos representantes daquele país quais eram os caminhos que levavam ao entendimento, apontando ainda as falhas e os desafios que eles enfrentariam e justificando suas atitudes. No dia 4 de dezembro, por exemplo, lia-se que:

Não resta dúvida que a publicidade de Washington acerca da conferência de Lima e da política latino-americana de Washington é ingênua e quase pueril. [...] Isso tudo, porém, é porque os Estados Unidos são uma jovem democracia americana. Nação jovem, sem a experiência diplomática de uma França ou Inglaterra.⁷⁶

Pelo excerto nota-se que, aos olhos dos colaboradores, faltava aos americanos o *know-how* necessário para comandar uma iniciativa que unisse todos os povos do continente sob uma mesma bandeira, uma vez que eles eram tomados como inexperientes.

No dia 9 de dezembro iniciou-se a Conferência de Lima, que ocorreu três meses depois da realizada em Munique, o que tornavam inevitáveis as comparações. Tratava-se de construir uma imagem

75 Cf. "A América hispana" in *O Estado de S. Paulo*, 16 nov. 1938, p.12.

76 Cf. "Roosevelt e La Prensa" in *O Estado de S. Paulo*, 4 dez. 1938, p.36.

da América fundamentada na superioridade do Novo sob o Velho Mundo. Em 11, lia-se que:

o espírito e os temas da conferência que se iniciou anteontem são provas evidentes de que a Munique americana é muito diferente da Munique europeia. Não fomos em atropelo a Lima para evitar uma guerra, mas, sim, para consolidar a paz, e codificar o direito internacional. [...] O seu espírito – do homem americano – é pacifista e tolerante. [...] Quer viver em paz com todo o mundo e quer que todo o mundo viva em paz consigo.⁷⁷

Em virtude, todavia, dos intrincados fios que se entrelaçavam no cenário internacional, a América não escapara aos desafios que o mundo enfrentava naquele momento. Ao analisar essa situação, o artigo do dia 11 de abril de 1939 assinalava que “a política internacional da Europa chegou a um ponto em que a América tem que escolher definitivamente entre uma participação mais ou menos ativa nas lutas ideológicas ou manter uma neutralidade de espírito e de comportamento em tudo quanto concerne a assuntos políticos e diplomáticos da Europa”.⁷⁸

Antes do início da conflagração, os Estados Unidos apenas emitiam seu posicionamento acerca dos problemas internacionais por meio de notas diplomáticas e de cartas ou mensagens enviadas pelo presidente Roosevelt aos dirigentes europeus. No campo interno, a discussão sobre a lei de neutralidade simbolizava a luta entre aqueles que defendiam uma ampliação da atuação política do país e aqueles que propugnavam o distanciamento dos problemas europeus e a manutenção da hegemonia sobre o continente americano.

No que tange à lei de neutralidade, proibia-se ao país comercializar armas ou materiais de guerra a quaisquer partes envolvidas em um conflito, e foi em torno dela que se travou uma das grandes batalhas políticas internas naquele país: os isolacionistas tentavam

77 Cf. “O homem americano” in *O Estado de S. Paulo*, 11 dez. 1938, p.36.

78 Cf. “A Albânia, a América e a paz” in *O Estado de S. Paulo*, 11 abr. 1939, p.12.

manter a nação longe da guerra europeia enquanto o presidente os pressionava, visando auxiliar as democracias em luta contra os países que compunham o campo totalitário. No primeiro caso, os objetivos, além de não serem atingidos, se transformavam em críticas ao dirigente norte-americano. Ao escrever diretamente aos representantes europeus, o presidente quebrava o protocolo diplomático e se expunha aos mais variados ataques. Foi o que aconteceu quando, na intenção de auxiliar os pequenos países europeus afetados pela política alemã, Roosevelt escreveu a Hitler exigindo que ele não agisse contra as nações que ele elencava na carta. De acordo com Henry Kissinger (1994, p.384):

In April 1939, Roosevelt addressed Hitler and Mussolini directly in a message which, though ridiculed by the dictators, had been cleverly designed to demonstrate to the American people that the Axis countries indeed had aggressive designs. Surely one of America's subtlest and most devious presidents, Roosevelt ask the dictators – but not Great Britain or France – for assurances that they would not attack some thirty-one specific European and Asian nations for a period of ten years.

O texto publicado em 25 de abril analisava o fato da seguinte maneira:

A princípio, parecia que o sr. Roosevelt pusera o chanceler Hitler numa camisa de onze varas ao enviar a mensagem que tanto abalou e irritou as chancelarias da Itália e da Alemanha. Agora, porém, talvez estejam rindo-se com certa dose de malignidade os diplomatas de carreira, cujas normas e rotinas seculares foram postas de lado pelo presidente norte-americano. É que o Führer, aprendendo rapidamente a lição, num interessante movimento de flanco, acaba de pôr as pequenas nações vizinhas em situação não menos incômoda. [...] Quis o sr. Hitler saber se essas nações se sentiam ameaçadas pela Alemanha. Se todas responderem que não, como não podem deixar de o fazer, não terá ele mais que fazer senão enviar tais respostas ao presidente dos Estados Unidos, com estas ou equivalentes pala-

vras: “Veja aí, sr. intrometido: estamos em paz com todo o mundo; ninguém se sente por nós ameaçado, conforme provo com os documentos inclusos! O fazedor de guerras será Vossa Excelência...” [...] E dando a resposta negativa, que por força tem de dar, ainda incorrem no perigo de ver as democracias, despeitadas, lhes dizerem: Ah, vocês não necessitam da nossa defesa? Pois passem então muito bem, e na hora “H” não se queixem! Donde se vê que muita razão tem o brocado quando diz que de boas intenções está todo o inferno forrado; pois, com a melhor e mais simpática das intenções, eis aí o que foi fazer o sr. Franklin Delano Roosevelt: aumentar a aflição às pequenas nações.⁷⁹

O caso guarda em si muita relevância, pois apresentava não só a política externa norte-americana como ingênua, mas também o seu presidente, que agia sem maiores reflexões, espontaneamente.⁸⁰ No segundo caso, os debates acerca da modificação de lei de neutralidade envolviam variados interesses. Apesar do discurso do presidente norte-americano a favor das democracias europeias, o Congresso daquele país objetava firmemente qualquer espécie de auxílio material às potências do Velho Mundo. Os responsáveis pela publicação escreveram diversos comentários acerca das divergências em torno dessa lei. No dia 16 de julho, por exemplo, lia-se que:

A pendência entre Roosevelt e Hull e o Congresso e certas agências de informação está se tornando uma luta aberta e renhida. O resultado desse duelo terá conseqüências importantíssimas não só na

79 Cf. “Perguntas em respostas” in *O Estado de S. Paulo*, 25 abr. 1938, p.16.

80 Ainda segundo Henry Kissinger (1994, p.384), a mensagem dirigida por Roosevelt aos ditadores foi de fundamental importância. Para ele, “*Though Hitler scored the oratorical point, Roosevelt achieved his political objective. By asking only Hitler and Mussolini for assurances, he had stigmatized them as the aggressors before the only audience that, for the moment, mattered to Roosevelt – the American people. To enlist the American public in supporting the democracies, Roosevelt needed to frame the issues in terms that went beyond the balance of power and to portray them as a struggle in defense of innocent victims against an evil aggressor. Both his note and Hitler’s reaction to it helped him to achieve that objective*”.

realidade interna dos Estados Unidos, como para o destino imediato da humanidade.⁸¹

Os isolacionistas, todavia, opunham sérias resistências às tentativas do governo de auxiliar materialmente as democracias em caso de guerra. A resposta americana ao conflito foi a reunião de todas as repúblicas na Conferência do Panamá e, mais uma vez, as diferenças entre os dois continentes serviam aos colaboradores como argumento que mostrava o contraste entre os dois continentes. Em 17 de setembro, o articulista afirmava:

Pela primeira vez na história do mundo, se não nos enganamos, todas as nações de um continente reunir-se-ão para discutir a possibilidade de conjugar sua atitude ante um conflito militar em que são partes povos de outros continentes. As consultas do Panamá abrem novo capítulo na história do pan-americanismo e, talvez, na da evolução das relações internacionais. Ação democrática, dentro do direito internacional, obedecendo a altos ideais humanitários, eis como a América age e prefere agir.⁸²

Uma outra questão que recebeu amplo destaque foi a eleição presidencial realizada nos Estados Unidos no ano de 1940. O presidente Roosevelt se candidatou ao terceiro mandato, algo que jamais ocorrera na história democrática daquele país. Um dos colaboradores do matutino que escrevia e publicava vários artigos sobre os costumes e especialmente sob as relações e problemas estadunidenses, o professor de História da Civilização Americana da Universidade de São Paulo, Paul Vanorden Shaw (1939, p.1), explicava ao leitor o que a candidatura de Roosevelt significava:

E com maior razão o presidente há de pensar que um povo sensato continuará a aproveitar sua experiência, porque, para empregar uma metáfora da época da conquista do “Far West”, “trocar os cavalos no

81 Cf. “A propósito da lei de neutralidade” in *O Estado de S. Paulo*, 16 jul. 1939, p.32.

82 Cf. “A Conferência do Panamá” in *O Estado de S. Paulo*, 17 set. 1939, p.1.

meio do rio é perigoso.” [...] Ponto básico da filosofia política norte-americana tem sido essa lei não escrita, pois a constituição nada diz a respeito, de que nenhum presidente pode servir mais do que oito anos. Basta lembrar que desde Washington até hoje nenhum executivo norte-americano ousou quebrar a tradição. No fundo a explicação é simplíssima. Toda a constituição de 1787, adotada em 1789, é uma reação, ou melhor, uma revolução contra o direito divino dos reis e muito particularmente contra a política e prática de um Jorge III, que vinha procurando governar, não só a Inglaterra, como as treze colônias inglesas na América discricionariamente e sem consultar os colonos de além-mar. De fato, uma das primeiras razões da revolução que libertou os americanos da mãe-pátria foi o desejo de pôr no executivo um indivíduo sujeito à vontade popular, e que se considerasse um servidor das turbas e não o seu superior, o seu algoz ou o seu todo-poderoso mandão. [...] na história do país se verificou que muitos presidentes serviram melhor o país fora do poder do que continuando nele. [...] O sentimento contra o terceiro quadriênio é assim. Violento, apaixonado. Roosevelt chegou a Washington com um “furacão”. Este furacão é o “New Deal”. Pode ser como aquele do “Mágico de Oz”, que transportará o país para o paraíso, dos Munchkin e a terra das Esmeraldas, ou pode deixar devastadas as terras por onde passou.⁸³

Eleito para um segundo mandato, o presidente Roosevelt pôde dar continuidade à sua política de envolvimento dos Estados Unidos na guerra europeia e aumentar a pressão sobre os japoneses. No que concernia ao Brasil e aos demais países da América do Sul, as relações com os norte-americanos se pautaram pela política da boa vizinhança, pelo pan-americanismo e pelas pressões cada vez mais ingentes para que o continente fosse à guerra sob a tutela dos Estados Unidos.

83 O professor norte-americano fazia parte da rede de relações de Julio de Mesquita Filho. Em uma das cartas que enviou ao marido, que se referia aos dias 30 de novembro a 2 de dezembro de 1939, Marina Mesquita afirmava: “Esqueci-me de contar que o Shaw fico entusiasmadíssimo com os seus dois artigos sobre os States. Disse ele que nunca viu em tão pouco tempo uma apreensão tão completa daquele povo e seus costumes” (in Mesquita Filho, 2006, p.124).